Lei nº 266 de 11-9-54

Rego e pub.º nesta secretaria na mesma data
Aux. sec. em com.: Queiroz.

Lei 2.266, de 11 de Setembro de 1954

Dispõe sobre regime de Trabalho e Previdenciário, de servidores Municipais.

O Povo do Município de Trunfal, por seus representantes resolveu e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — O Pessoal Temporário ou operário, serão contratados sob regime da Consolidação das leis do Trabalho, observando todos os requisitos e obrigações para com a mesma e terão vínculo Previdenciário, tão somente com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ Único — Serão enquadrados nestas categorias, todos aqueles servidores que não tiverem sujeitos ao regime Estatutário próprio do Município.

Art. 2º — Fica sem efeito o Decreto nº 99 de 7 de agosto de 1946, na parte relativa a operários, que passaram para o INPS.

Art. 3º — Revogadas as disposi

ções em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo até a data de 01 de janeiro de 1960.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Irutal, 11 de setembro de 1974

Reg.e pub.º nesta secretaria na mesma data.

Dse. sec. em com. Barroso

Lei nº 2267, de 30 de outubro de 1974

Dispõe sobre perdão de débito.

O Povo do Município de Irutal, por seus representantes resolveu e eu em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedido perdão da quantia de Cr$ 4.047,10 a quanto monta o débito da Associação Recreativa Irutalense, correspondente a quota de parcimentação de 1972, sobre sua sede, a praça da Matriz, nesta cidade.

Art. 2º - Revogadas as disposições